

Levantamento das Produções Acadêmicas (teses e dissertações) Acerca das Políticas de Cotas e Equidade no Ensino Superior no Brasil entre 2000-2012¹

Verônica de Souza Leite²

Resumo

O presente artigo tem como escopo apresentar um levantamento das dissertações de mestrado e teses de doutorado nos últimos 12 anos acerca da seleção de estudantes pelo sistema de cotas sociais e raciais nas universidades públicas e institutos federais, resultado do projeto de pesquisa “Determinantes de Equidade no Ensino Superior: Uma análise da Variabilidade dos Resultados do Enade do Desempenho de Cotistas e não Cotistas”, apresenta um panorama sobre o foco das pesquisas, as universidades estudadas e áreas de conhecimento tais como: (Educação/Direito/Sociologia/Filosofia/Comunicação/Psicologia/Antropologia/ Ciências Sociais/ /Engenharias/Estudos da Linguagem) sendo que muito do que foi produzido se concentrou na área de Educação, estudos voltados para discutir a experiência das universidades após a adoção da política das cotas, os impactos e desafios das instituições públicas. Faz uma análise dos resultados encontrados como política de cotas, permanência e desempenho, questão racial e preconceito apresentando os temas mais discutidos pelos trabalhos como a participação do movimento negro, discussões desfavoráveis ao sistema de cotas, comparações com outros países, sistema de cotas gerais, ademais todos os trabalhos versavam acerca do problema da desigualdade social que existe no Brasil, resultante do sistema escravocrata adotado pelo país. Utilizou-se como método a análise quantitativa dos dados pesquisados e a leitura do resumo e introdução das teses e dissertações, objetiva saber se a equidade foi alcançada através dessa política. O estudo foi realizado através da coleta de dados no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); na Biblioteca Digital da Universidade de São Paulo (USP); na Biblioteca digital da Universidade de Campinas (UNICAMP); na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As experiências das instituições mencionadas no estudo foram extraídas também do Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Domínio Público, (Teses e Dissertações) entre 2000 e 2012 foram utilizados os descritores: “enade”, “acesso ao ensino

¹ O presente trabalho é resultado parcial do Projeto "Determinantes da Equidade no Ensino Superior" realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

² Estudante da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e pesquisadora bolsista do Projeto “Determinantes da Equidade no Ensino Superior” realizado pela Faculdade de Educação/UFBA financiado pelo Programa OBEDUC / CAPES. E-mail: vernicaleite24@gmail.com

superior” ou “acesso a educação superior”, “ações afirmativas”, “políticas de cotas”, “cotas na educação superior” ou “cotas no ensino superior”, “desempenho de cotistas no ensino superior” “cotista”, “equidade na educação superior” ou “equidade no ensino superior” “reservas de vagas” destes descritores “Ações Afirmativas”, “Enade”, “cotas na educação superior / cotas no ensino superior” e “acesso ao ensino superior / acesso à educação superior dificultou a pesquisa porque ao inseri-los nos bancos de dados não se extraía nenhum documento, e ao final não foi encontrado teses nem dissertação com o descritor “enade” e “cotas na educação superior” com temáticas voltadas para o objeto da pesquisa. A pesquisa demonstrou como as universidades têm investido em suas políticas de permanência para garantir a manutenção material desses estudantes no ensino superior, mas também apontou que as políticas de cotas ainda não são suficientes para equacionar as desigualdades sociais existente no país, mas que a política é importante para democratização do ensino superior. O levantamento demonstrou que o aumento de dissertações e teses sobre ações afirmativas cresceu nos últimos anos em razão da aprovação do sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com o julgamento da (ADPF) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186 em 2010. E em 2012 foi aprovada a lei federal 12.771 que regulamenta o sistema de cotas nas universidades públicas federais. Em suma, os resultados identificaram que muitos autores acreditam que a política de cota promove a equidade, possibilita que estudantes negros, Indígenas, ou oriundos de escolas públicas ingressem no ensino superior democratizando-o. Entretanto compartilham do mesmo posicionamento de que não basta tão somente entrar nessas instituições é preciso criar condições para que estes estudantes tenham uma educação de qualidade, não só através de recursos financeiros, como também a manutenção simbólica.

Palavras-chave: Cotas raciais e/ou sociais; Universidades públicas; Tese; Dissertações; Equidade no ensino superior.

Introdução

O presente artigo é resultado do levantamento realizado pelo projeto de pesquisa “determinantes da equidade no ensino superior: Uma análise da variabilidade dos resultados do enade do desempenho de cotistas e não cotistas” financiado pela CAPES/OBEDUC.

Objetiva apresentar as produções acadêmicas produzidas nos últimos 12 anos acerca dos sistemas de cotas no que tange a discussão racial e social para ingressos de estudantes negros e/ou oriundos de escolas públicas nas universidades estaduais e federais.

O levantamento foi realizado a partir das dissertações e teses depositadas no sistema da Capes e bibliotecas digitais de algumas IES públicas, e domínio público para teses e dissertações. O trabalho é fruto de um levantamento quantitativo com o intuito de apresentar as principais discussões acerca das ações afirmativas e problemas apontados por estes estudos.

Os trabalhos apresentaram como as universidades públicas têm investido em políticas de permanência para garantir a manutenção material desses estudantes no ensino superior, mas também apontaram que as políticas de cotas ainda não são suficientes para equacionar as desigualdades sociais existente no país, e desconstruir o mito da democracia racial arraigado na sociedade brasileira de que brancos e negros têm a mesmas oportunidades. Porém muitos destes estudos defendem que é possível alcançar equidade no ensino superior por meio das ações afirmativas.

Desde muito, a educação no Brasil Queiroz (2007) vem gerando uma série de debates no que tange a sua equidade, resultados que comprovam que o ensino básico não prepara os estudantes para o ensino superior, um ensino assentando numa educação bancária em que os estudantes recebem uma quantidade enorme de informações, contudo não sabem fazer uso destas, somado muitas vezes a falta de estrutura das escolas, de qualificação dos professores e de material didático, o que inviabiliza o ingresso dos alunos ao ensino superior sem a política de cotas.

Com ênfase na reparação social destes grupos marginalizados, se aprovou com unanimidade a legitimidade do sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com o julgamento da (ADPF) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186 em 2010. E em 2012 foi aprovada a lei federal 12.771 que regulamenta o sistema de cotas nas universidades públicas federais.

Foram utilizados os descritores: “enade”, “acesso ao ensino superior” ou “acesso a educação superior”, “ações afirmativas”, “políticas de cotas”, “cotas na educação superior” ou “cotas no ensino superior”, “desempenho de cotistas no ensino superior” “cotista”, “equidade na educação superior” ou “equidade no ensino superior” “reservas de vagas”.

1. Mapeamento geral das teses e dissertações

O levantamento tomou como base o marco temporal de 2000 a 2012 sobre as teses e dissertações produzidas acerca do sistema de cotas nas universidades públicas durante estes 12 anos.

A pesquisa se iniciou em Julho de 2013 após uma discussão acerca dos descritores que seriam utilizados, dos quais nove foram selecionados. Nos primeiros dias não obtivemos sucesso ao colocar aspas no descritor, logo após a retirada destas conseguimos os primeiros resultados.

Alguns descritores tais como “Ações Afirmativas”, “Enade”, “cotas na educação superior / cotas no ensino superior” e “acesso ao ensino superior / acesso à educação superior” tornaram a pesquisa bastante difícil porque ao inseri-las nos bancos de dados não se extraía nenhum documento, e ao final não encontramos teses nem dissertação com o descritor “enade” e “cotas na educação superior” com temáticas voltadas para o objeto da pesquisa.

A pesquisa com os descritores possibilitou que conseguíssemos vários trabalhos com temáticas diferentes, mas nem todas voltadas para o sistema de cotas no ensino superior, pois ao colocar o descritor nos bancos de dados, os trabalhos encontrados não tinham relação com o descritor, mas estava dentro do objeto de estudo, ou versava sobre outras temáticas.

A tabela abaixo apresenta o resultado geral de todo o material encontrado nos quatro meses de pesquisa

Tabela 1 - Pesquisa de teses e dissertações produzidas entre 2000-2012, pesquisado na CAPES, BDTD, biblioteca digital da UNICAMP, USP, UFRGS e domínio público (Teses e Dissertações)³

Descritores	Dissertação de mestrado	Tese de doutorado	Total
Ações afirmativas	04	-	04
Acesso ao ensino superior /Acesso à educação superior	01	01	02
Cotistas	20	07	27
Cotas na educação superior/Cotas no ensino superior	-	-	-

³ Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

Desempenho de cotistas na educação superior	04	04	08
Enade	-	-	-
Equidade no ensino superior	06	03	09
Política de cotas	08	-	08
Reserva de vagas	11	02	13

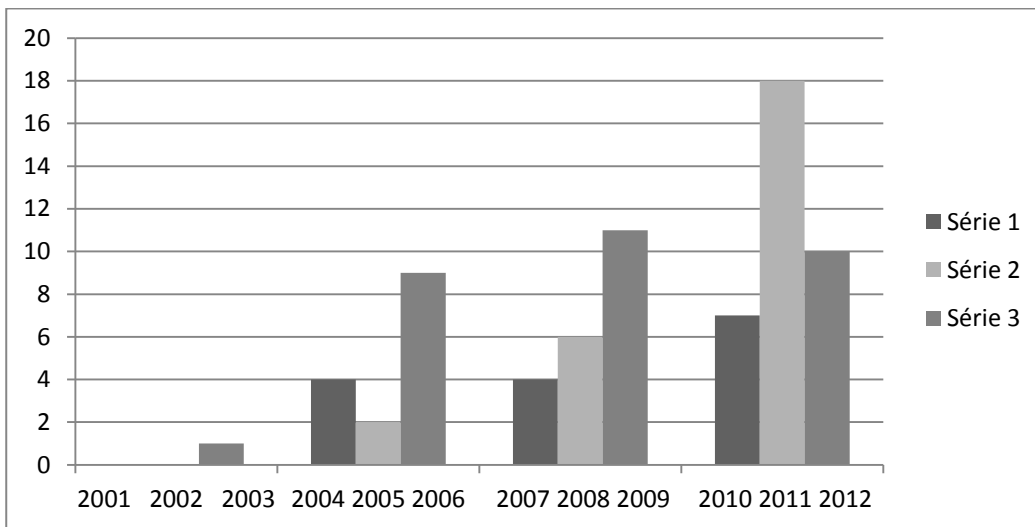
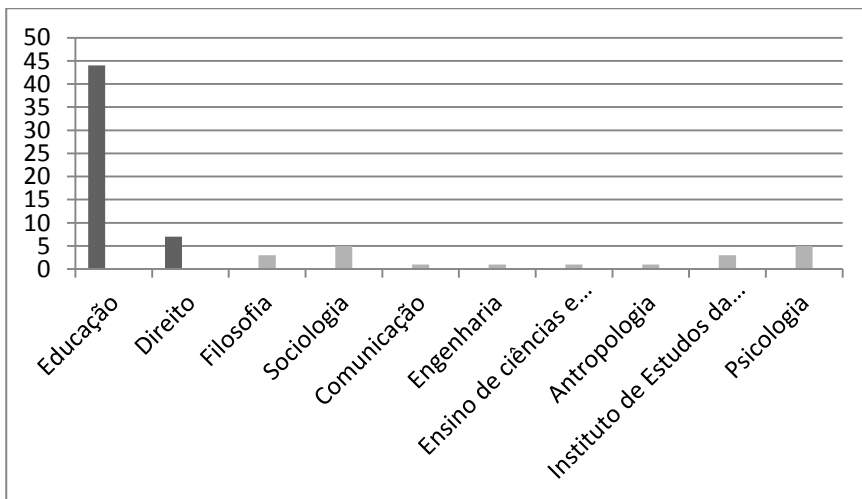
O volume de trabalhos encontrados no período investigado é de 73, desse conjunto 58 são dissertações de mestrado e 17 são teses de doutorado. Com o descritor “cotista” achamos a maior quantidade de trabalhos, isso se deve ao fato de que a maior parte destes documentos tem a palavra cotas no título ou no texto.

Contudo, verificamos que com descritores que não eram tão específicos ao tema como “enade” não foram encontrados nenhum material que fizesse menção ao sistema de cotas, porém foram verificados 93 estudos sobre o “enade” em diversas áreas voltado para o desempenho de estudantes em algum curso específico, isso demonstra que não temos nem dissertação nem tese envolvendo cotas no ensino superior a partir do resultado desses estudantes no “enade”.

Dos descritores pesquisados podemos perceber que há mais dissertações do que tese, tendo em vista que no Brasil, as vagas em cursos de mestrado são muito maiores ainda que as vagas nos doutorados.

A concentração dos estudos por ano demonstrou que tivemos um crescimento de produção acentuado nos últimos anos, aflorado pelos debates e impactos que os sistemas de cotas provocariam na educação superior como aponta o relatório de Verônica Toste a respeito do seminário dos 10 anos de Ações Afirmativas: Conquistas e Desafios que ocorreu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no qual foram discutidos os impactos da lei federal, o critério de acessos, trazendo à tona os problemas que já haviam sendo apontados pelas pesquisas como a questão da permanência, dos programas de assistência a partir dos relatos de experiências das universidades estaduais UERJ, UNEB e UEMS. As tabelas abaixo apresentam como e onde se concentrou essa produção.

Tabela 2 – Divisão do trabalho por áreas de conhecimento e anos (2000-2012)



Fonte: Capes e BDTD, Domínio Público (Teses e Dissertações), biblioteca digital da UNICAMP, USP, UFRGS.

A primeira universidade a adotar reserva de vagas para estudantes negros egressos de escola pública foi a UERJ, através da lei Lei Estadual n.º 4.151/2003 seguida da UNEB e UEMS todas elas universidades estaduais, e o primeiro trabalho realizado foi em 2003, a partir deste marco podemos verificar que o número só aumentou. Entre 2008 e 2012 se concentram a maior quantidade de estudos realizados, no último ano foram concluídas 18 pesquisas entre dissertações e teses, devido à aprovação do julgamento da ADPF 186 em 2010 legitimando o sistema de cotas e a criação da lei federal 12.771 de 2012 que tornou obrigatório a adoção das cotas nas universidades e ensino técnicos federais.

Na divisão por área de conhecimento 44 de todas as pesquisas foram feitas em Educação, havia um temor muito grande com as mudanças que esta lei provocaria no ensino superior com a ampliação de vagas e a qualidade de ensino, enquanto que a área do Direito a inquietação era quanto à validade e legitimidade desta norma frente à Construção Federal de 1988. Já a Sociologia investigou

a função social das reservas de vagas, preconceito e desigualdade social, acompanhado de uma quantidade considerável no campo da Psicologia voltado para a interação entre os diferentes grupos e o problema da construção da identidade a partir do contato o outro, e com as interações intersubjetivas.

As demais áreas apresentaram poucos estudos, tendo muitas vezes como foco o empenho destes estudantes em um curso específico como Engenharia, Medicina. O âmbito do estudo era discutir as dificuldades e sucessos obtidos pelos estudantes cotistas e não cotistas.

Cada trabalho discutia o tema a partir de um ponto específico, ora levantando a questão da permanência, ora trazendo o resultado do desempenho dos estudantes cotistas, mas tanto as teses, quanto as dissertações versaram acerca do problema da desigualdade social que existe no Brasil, resultante do sistema escravocrata adotado pelo país. Foram selecionados os assuntos mais abordados por cada trabalho como mostra a tabela abaixo.

Tabela 3 – Distribuição dos trabalhos por objeto de estudo das dissertações

Temática	Tese de doutorado	Dissertação de mestrado	Total
Universidades estudadas	11	40	51
Desempenho e permanência	3	11	14
Questão racial e preconceito	1	8	9
Participação do movimento negro	3	-	3
Discussões desfavoráveis ao sistema de cotas		5	5
Sistema de cotas gerais	3	8	11
Comparações com outros países		3	3

Fonte: Capes e BDTD, Domínio Público (Teses e Dissertações), biblioteca digital da UNICAMP, USP, UFRGS

As pesquisas sobre cotas nos últimos anos têm discutido as experiências das universidades públicas estaduais e federais após a implantação de reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, negros ou indígenas com o fundamento de reparação social.

Esses trabalhos têm a preocupação de demonstrar como as universidades se prepararam estruturalmente, no que tange a ampliação de professores e recursos para receber estes estudantes, por isso grande parte dos estudos relatam como cada universidade conseguiu superar os obstáculos

e garantir a inserção desses estudantes nas suas respectivas instituições de ensino, e isso explica o porquê de 51 trabalhos versarem sobre “Estudo de Caso”.

O segundo ponto mais pesquisado foi o de “Desempenho e Permanência”, os estudos apontaram o que as universidades estão fazendo para permitir que todos os estudantes consigam permanecer na universidade e ter um bom desempenho no curso escolhido, vários deles apresentaram através de entrevistas com estudantes cotistas como era difícil ter que estudar e trabalhar para continuar no curso, nos relatos muitos declaram a felicidade por estar na universidade, mas que tinham muita dificuldade para acompanhar o curso por falta de tempo para os estudos, e ainda apresentam que os programas de assistência estudantil não alcançava todos os estudantes, e que as universidades públicas precisavam buscar novas alternativas.

Todas as dissertações e teses trouxeram a discussão da “Questão Racial e do Preconceito”, mas com ênfase apenas 9 desses estudos discutiram a desigualdade social, o racismo e a marginalização da população negra após a escravidão, salientando o mito de democracia racial e como se construiu a sociedade brasileira a partir dessa ideologia, apontando o sistema de cotas como uma necessidade imprescindível para reparar as marcas deixadas pela escravidão.

Três dissertações apresentaram um estudo sobre a influência do movimento negro e da mídia na aprovação da reserva de vagas para estudantes negros ou apenas oriundos de escolas públicas, salientando como o discurso ideológico foi importante para legitimar esse sistema.

Dos estudos realizados apenas 5 traziam opiniões contrárias a reserva de vagas, tendo como defesa a deslegitimação por ferir o princípio da igualdade, ou por prejudicar a qualidade de ensino discutindo o princípio a luz da Constituição Federal de 1988.

Algumas traçam comparações entre as ações afirmativas no Brasil e a experiência com outros países principalmente os EUA, através do desenvolvimento histórico em ambos os países. E as denominadas de “Sistema de Cotas Gerais” representam aqueles estudos que abordaram o tema de forma mais ampla, discutindo concomitantemente a equidade no ensino, o desempenho dos estudantes no primeiro semestre do curso, e outras questões mais periféricas ao tema.

As pesquisas apresentaram que algumas universidades foram alvo de estudo em virtude do pioneirismo com a adoção do sistema cotas, outras embora não tenham a reserva de vagas se destacaram pelos estudos realizados, como se verifica na tabela a seguir.

Universidades	Universidades mais estudadas	As universidades que mais realizaram pesquisas
UFRGS	8	10
UNB	7	6
UFBA	5	6
USP	-	5
UNICAMP	1	7
UNEB	1	2
UENF	3	2
UFG	2	2
UNEMAT	2	1
UERJ	11	4
UFPR	1	2
UEMS	3	-

Fonte: Capes e BDTD, Domínio Público (Teses e Dissertações), biblioteca digital da UNICAMP, USP, UFRGS.

A divisão tomou como base os números de estudos realizados pelas universidades sobre a reserva de vagas tanto no que concerne à produção de cada uma individualmente, quanto no que foi produzido acerca do sistema de cotas através dos estudos de caso.

Foram selecionadas para composição da tabela algumas instituições de ensino superior, e foi usado como critério de seleção aquelas que somaram 3 trabalhos produzidos, as demais não conseguiram alcançar essa quantidade tomada como base. Vale ressaltar que muitas instituições privadas produziram sobre o sistema de cotas como PUC-SP, PUC-RJ, Centro Universitário Feevale, Ucsal, dentre outras, mas o presente estudo deu ênfase às instituições públicas.

A universidade que mais teve pesquisa sobre o assunto foi a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 10 trabalhos foram encontrados no repositório de teses e dissertações da universidade, seguida pela Universidade Estadual de Campinas com 7 pesquisas.

Contudo, a instituição mais estudada foi a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com 11 estudos a respeito da reserva de vagas, resultado já esperado porque foi a primeira a adotar o sistema de cotas em 2003, em contrapartida esse quadro não se repetiu com a Universidade do Estado da Bahia e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul que logo após a UERJ também

adotaram a reserva de vagas para estudantes negros egressos de escolas públicas, a soma dos trabalhos chegou a 10, isso não significa que não tenham mais estudos, tendo em vista as fontes de estudo utilizadas, já que não era possível utilizar todas as fontes disponíveis.

A Universidade de São Paulo também produziu uma quantidade considerável de trabalhos, embora não tenha reserva de vagas nem para oriundos de escolas públicas, nem indígenas. A Universidade Federal da Bahia tem uma produção intermediária em relação às outras universidades como mostra os dados, apresentando uma produção equilibrada.

O aumento de dissertações de mestrado e teses de doutorado nas universidades públicas cresceu à medida que mais universidades foram aderindo ao sistema de cotas, influenciado pelos debates políticos que eclodiram nos últimos 10 anos e que culminou na lei federal que regulamenta o sistema de cotas no âmbito federal.

2. Equidade no ensino superior: conquistas e desafios

As universidades públicas federais e algumas estaduais passam por um processo de adaptação com as novas vicissitudes de políticas educacionais de inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas negros, indígenas no ensino superior nos últimos 10 anos. Um dos temas mais correntes nos estudos realizados através do material coletado gira em torno da permanência e desempenho destes estudantes na universidade, contudo será que a equidade almejada foi alcançada?

O resultado do trabalho de Claudio Pondé Avena (2004) demonstra que os estudantes não cotistas têm obtido notas insatisfatórias em curso de maior prestígio, tendo em vista, a falta de tempo para o estudo, e isso segundo o autor reproduz a estrutura socioeconômico dentro da academia, sendo necessário, portanto, políticas que promovam o aumento de capital destes estudantes e consequentemente equidade no acesso ao ensino superior.

A pesquisa de Simone Gomes Costa (2010) defende que as políticas públicas aplicadas nos últimas décadas para promover equidade aumentaram consideravelmente o ingresso de estudantes negros no ensino superior, começando com a implantação da Casa do Estudante do Brasil, seguidas das políticas assistenciais adotadas pelas universidades.

Em suma, todos concordam que as políticas de cotas democratizaram o ingresso no ensino superior, entretanto compartilham do mesmo posicionamento de que não basta tão somente entrar nessas instituições é preciso criar condições para que estes estudantes tenham uma educação de qualidade, não só através de recursos financeiros, como também a manutenção simbólica conforme Santos (2009), para que a universidade não reproduza a “segregação” feita pela sociedade.

Considerações finais

Esse artigo não tem a pretensão de esgotar o tema, pois muito precisa ser pesquisado e os resultados não representam a totalidade de todos os estudos produzidos durante os últimos 12 anos, visto que não foram utilizados todos os bancos de dados.

Os dados comprovam que depois de 10 anos de ações afirmativas as universidades ainda não conseguiram resolver o problema da permanência, mas o desempenho dos estudantes cotistas é bom, contrariando a expectativa que se tinha de que eles não alcançariam o resultado dos não cotistas. Há consenso de que de fato a política de cota promove a equidade, possibilita que estudantes negros, indígenas ou oriundos de escolas públicas ingressem no ensino superior democratizando-o.

O grande desafio é a permanência simbólica apresentada por Santos (2009) compreendida como a interação entre os estudantes cotistas e não cotistas e o sentimento de pertencimento à universidade, pois a financeira tem sido equacionada com os programas de assistência estudantil, e demais programas adotados, embora não consiga atender a todos, mas as pesquisas não apresentam nenhuma medida utilizada por essas instituições para promover a identificação dos cotistas com o não cotista, ser reconhecido por estes para que possa gerar um sentimento de pertencimento ao espaço acadêmico.

REFERÊNCIAS

AVENA, C. P. Acesso ao ensino superior e desempenho acadêmico: evidências a partir da Universidade Federal da Bahia. 2011.100f. Tese (doutorado). Faculdade de educação, Universidade Federal da Bahia. Disponível em:<
<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20074928001010001P9>>.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Med. caut. em arguição de descumprimento de preceito fundamental 186.* Disponível em:<
<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStfArquivo/anexo/ADPF186.pdf>. Acesso em: 19 jul 2013.

COSTA, S.G. A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil. 2010.2010f. Dissertação (mestrado em filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Disponível em:<
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27499/000764752.pdf?sequence=1>

QUEIROZ, M.D. A pesquisa sobre negro no ensino superior no Norte-Nordeste do Brasil. In: FUMES N.L. F; PIZZA, L.C. L (Orgs). *Formação do Pesquisador em Educação: Identidade, diversidade, juventude e inclusão.* Maceió: EDUFAL, 2007.p.135-153

SANTOS, Daiane Brito Reis. Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em:<
<http://bdtd.ibict.br/>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

TOSTE, Verônica. Seminário 10 anos de ações afirmativas: conquistas e desafios Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Relatório técnico, GEA: Flacso Brasil. Disponível em:<
http://www.flacso.org.br/gea/documentos/seminario_10_anos/Relatorio_Temas.pdf>.
Acesso em: 12/09/13